



III CIFA
COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

UM LEITURA ECOFEMINISTA E DECOLONIAL A PARTIR DOS MOVIMENTOS DAS MULHERES RURAIS

FONTENELE, Thaline¹

¹ Professora de Filosofia- IFAL, Doutoranda em Filosofia - UFRJ , e-mail: thalinelr@hotmail.com

RESUMO

A partir da década de 1960, com o boom da tecnologia e do crescimento dos aparatos técnicos, se inicia o questionamento de um modo de vida fundamentado no mercado, na industrialização desenfreada, na ameaça ao meio ambiente como todo e nas vidas humanas e não-humanas, e diante disso, as mulheres passam a questionar esse sistema e rever seu lugar político e social na sociedade fundamentada num patriarcalismo totalmente excludente e violento. O intuito deste trabalho é expor as estruturas patriarcais fortalecidas pelo sistema nos últimos séculos, em contraposição à resistência dos movimentos feministas rurais que não só colocam a natureza como espaço de sua sobrevivência, mas, que porventura, lutam por ela e por suas próprias vidas num contexto em que ambas são depreciadas constantemente.

PALAVRAS-CHAVE: Ecofeminismo. Feminismo popular. Natureza.

INTRODUÇÃO

Com o crescimento dos movimentos feministas na segunda metade século XX, vemos um Movimento da Mulher Trabalhadora Rural - MMTR ganhar força, assim como de outras regiões do mundo. Porém, as discussões resultantes do fortalecimento de movimentos como esse, juntamente com outras organizações, serão responsáveis pela construção da Marcha das Margaridas, se firmando como um dos maiores movimentos de resistência política da trabalhadora rural na América Latina. Trago o espaço rural e o Nordeste para retratar a mulher que ocupa este lugar, porque tanto o espaço, quanto as vozes dessas mulheres são esquecidas, apagadas pelo Estado que não fornece políticas públicas necessárias e condizentes com as necessidades da região. Reproduzida por muitos como uma região pobre, quando na verdade, se trata apenas de uma região esquecida por esses poderes, assim como a realidade de quem ali vive.

A luta das Mulheres rurais tem sido de resistir tanto ao sistema colonizador, como às cobranças e implicações da produção de mercado. Portanto, os caminhos que têm construído, se dá pela transformação do conceito de gênero urbano e acadêmico para suas realidades, de forma a compreender as relações de poder e opressão e lhes colocar no lugar de autonomia de seus corpos e de seus discursos. O intuito desse trabalho é mostrar a partir da luta das mulheres camponesas, uma forma de resistência decolonial diante das imposições econômicas do sistema capitalismo e do próprio Estado, enquanto este se apresenta como opressor diante dos direitos das mulheres, da natureza e dos seres não-humanos.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma metodologia teórica, que inclui referências bibliográficas com um viés feminista, ecológico e decolonial. A pesquisa é parte dos estudos que vêm sendo desenvolvido na minha tese de Doutorado pelo PPGF/UFRJ, portanto, é um trabalho inacabado e inconclusivo, mas que objetiva, a partir desse evento, somar com relatos, experiências e análises sociais que ampliem o debate e



os argumentos que serão necessários para refutar e reforçar o que tem sido desenvolvido por mim.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A América Latina, dentro da estrutura política e econômica global, acaba ocupando por sua formação histórica, geográfica e social um lugar que possibilitou estereótipos e estigmas no imaginário de outros povos. Primeiro, pela sua própria fauna e flora que gera um lugar imaginário a europeus e norte-americanos de um lugar a ser explorado, a ser conquistado, sendo visto não como uma terra autônoma, mas como um objeto a ser adquirido, algo não pertencente a esses povos, mas necessário a eles, seja como ferramenta de poder ou produto para suas conquistas.

Curiosamente, entretanto, a natureza tem grande responsabilidade nesse imaginário ocidental sobre o subcontinente americano, atribuindo-lhe uma espécie de estatuto híbrido do mundo moderno. De um lado, o bem natural contido em território latino-americano é largamente positivado tanto por sua valoração estética quanto pela própria riqueza potencial da sua biodiversidade e recursos, chegando a ser reivindicado como patrimônio da humanidade, cuja preservação se faz fundamental. Por outro, a América Latina é também vista como um subcontinente cujas populações e instituições (políticas, econômicas e culturais) são caracterizadas por certa fragilidade e subdesenvolvimento, o que, em grande medida, impede a produção de um conhecimento capaz de lidar com essa natureza e de preservá-la (FERREIRA, 2011, 20-21).

Como Vandana Shiva (2006) afirma, existe uma subjugação do imperialismo ocidental diante de outras culturas, que desconsidera e anula sua autonomia e diversidade e reforça aos olhos desses povos uma necessidade de civilizar e domesticar essas culturas, intensificando a globalização e o patriarcado, como controle e ferramenta de suas estruturas. Portanto, a natureza já ocupa aqui, por uma visão de mundo ocidental, um lugar a ser explorado e subjugado pelas condições geográficas em relação a esse outro lugar de visão ocupado por esses povos.

A mulher, dentro de uma condição geográfica latina, é ameaçada diariamente por diversas formas de violência, a colonização é apontada aqui como uma dessas formas, utilizando a globalização patriarcal como forma de opressão física, moral ou psíquica. Dentro de uma esfera colonizadora, a mulher passa a ser mais uma mão de obra da globalização com a finalidade apenas de lucro, e suas formas de se relacionar com a natureza são inferiorizadas diante da Ciência e da tecnologia, que passam a ditar como a mesma deve se comportar no seu meio ambiente. Se seu trabalho passa a ser mediado pelo lucro, as condições de ambiente desse trabalho não estarão voltadas para essa mulher, mas para simplesmente chegar a essa finalidade, portanto, a saúde é comprometida, assim como a natureza enquanto esfera viva e atuante. Ambas passam a ser utilizadas como ferramenta do capital. A autonomia da natureza e da mulher, principalmente, a latina passa a ser delegada por uma cultura do capital e da globalização.

De acordo com Shiva, essa cultura amparada pela religião e pelo capital acabam dominando outros seres vivos, desvalorizando a classe trabalhadora, as mulheres e os animais não-humanos, e menosprezando qualquer outra cultura que não seja a de povos “civilizados”. A globalização, amparada pela religião, que viu



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

também, o mercado como possibilidade de ascensão e manutenção, se fortalecem a partir de duas visões: a centrada nas mulheres e nos sistemas produtivos que garantem o sustento e o uso comum; e os sistemas patriarcais de economia baseados na guerra e na violência. Porém, ambas matam, sejam pelas condições que esses sistemas vêm sendo impostos, seja com o feminicídio feminino que repercutem no controle do corpo e da vida da mulher em todas as esferas.

Portanto, a partir dos anos 1960, quando houve a expansão e o fortalecimento de lutas voltadas para defender direitos que nos incluíssem. Através desses movimentos, somos introduzidas a alguns novos termos como patriarcado, por exemplo, no qual, refletirá toda a agenda política de novos grupos feministas. Assim como a denúncia da violência patriarcal e uma crítica sobre a heteronormatividade, o feminismo que será abarcado aqui não se definirá somente em universidades ou jovens, mas em um feminismo que reivindicará a luta feminina através do seu próprio trabalho, denunciando as relações de poder e política entre os homens e abrindo um olhar sobre a relação da mulher com a natureza. Com o “boom” tecnológico, no início do século XX, precisamente na década de 1960, tem-se maior olhar para a natureza, por conta dessa vasta expansão da tecnologia e por não haver controle de suas consequências para o meio ambiente. E é a partir da década de 1960 que se registram vários crimes e acidentes ambientais, por consequência do desenfreado poderio humano e tecnológico.

Além desses fatos históricos e ambientais, estruturalmente a sociedade se desenhava como até hoje, para uma intensa mudança na alimentação, no modo de vida e na inserção de artefatos tecnológicos, inclusive no meio doméstico. Agora, vamos ter a mulher que sai do âmbito privado, da sua casa e vai trabalhar, porém, o seu espaço será agora ocupado, ou por outra mulher, ou por eletrodomésticos que darão conta de minimizar seu tempo livre em funções domésticas. Portanto, o tempo passa a ser um problema, porque não dizer, uma categoria filosófica. Assim como o tempo, a alimentação deixa de ser um fim, para ser um meio. O alimento agora será modificado, distanciado da sua forma original, conseqüentemente dando lugar a produtos industrializados e empacotados, atendendo a novas demandas dessa sociedade. Como consequência, os valores sociais e morais passam a se modificar, temos uma mudança de paradigma: classificar a riqueza, quanto mais próximo ao industrializado, ou seja, quanto mais distante da terra, mais rico; quanto mais próximo e tendo menos processos, mais pobre.

Dessa forma, temos uma mudança de paradigma muito forte que será refletido nas minorias étnicas, tanto na invisibilidade da natureza e da mulher, quanto na depreciação da cultura rural. A tendência tem sido de articular o moderno, o bom sendo o industrializado, sendo o menos mecânico, simples desqualificado.

E como isso se reflete na prática? De acordo com Montiel e Neira, “La naturaleza, es decir, los seres vivos no humanos, las y los pobres de todos los territorios, dentro y fuera de occidente, las y los campesinos, las mujeres y lo femenino son las colônias simbólicas y materiales de la globalización” (2014, p. 32). A agroecologia surge como uma perspectiva juntamente com o ecofeminismo de superar os traços do patriarcalismo, questionando esse caráter mais antropocêntrico e que desconsidera seus povos e suas culturas, estimulado pelo sistema. E por que juntamente com o ecofeminismo? Porque, sozinha, a



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

agroecologia não tem sido capaz de detectar as relações de opressão entre gêneros, e desconsidera, muitas vezes, os aspectos regionais e sociais. Ao ampliar sua visão para uma perspectiva mais ecofeminista, expondo aspectos da violência e das diferenças que são intensificadas e expandidas pelo etnocentrismo, ressignificamos o nosso próprio sentido, o lugar que ocupamos, nossos trabalhos e, principalmente, caminhamos para um processo de quebra com violências estruturais.

Como colocado por Sanchez (2014), o ecofeminista se apresenta como um projeto de questionar o modo de produção exploratório, que se aproveita do trabalho das mulheres de forma violenta e propõe um caminho de desconstruir esse sistema, construindo uma economia conduzida pelas próprias mulheres, baseada numa economia local e de acordo com as necessidades dessa comunidade, desconstruindo toda a ordem patriarcal, de forma a evidenciar os valores reiterados por essas próprias mulheres e tentar preservar o corpo da mulher da contaminação industrial, propondo novas formas de construir relações do seu corpo com o meio, respeitando sua relação consigo mesma e com todas as outras vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres serão enfatizadas aqui, por duas razões: primeiro, por estarem nos grupos de vítimas a serem atingidas, e isso se aplica tanto pela suas condições hormonais, que as tornam receptoras de agrotóxicos e outras substâncias; e em segundo, porque antes mesmo das catástrofes ambientais, são as mulheres as mais atingidas, pois são obrigadas a sobreviverem em péssimas condições, dobrando seus serviços, tanto no cuidado do lar, dos filhos, como na sua própria resistência, ao ocupar um espaço que torna perigoso para si mesma. Mesmo com grupos de mulheres trabalhando pelo bem comum, as mulheres, assim como a natureza, têm sido subjugadas a uma economia heteronormativa, machista que se preocupa em conquistar apenas coisas a curto prazo. No entanto, a intenção não é reafirmar estereótipos que foram sendo estigmatizados ao longo dos tempos, mas ao contrário, reafirmar que os padrões da masculinidade têm reforçado a violência e as opressões enfrentadas por mulheres e que tem ameaçado o desenvolvimento não só da agroecologia, mas da vida como um todo.

Uma das principais críticas do ecofeminismo não é reduzir a uma visão de mundo essencialista, no qual, colocar a mulher como mais próximo possível da natureza, e vice-versa, mas questionar sobre o nosso papel e que tipo de ser devemos nos tornar para tomarmos atitudes menos prejudiciais ao meio ambiente.

O ecofeminismo evidencia uma perspectiva neoliberal que é prejudicial tanto para a mulher, quanto para a natureza, porque defende uma ideia de ser humano, independente, autônomo em si mesmo, capaz de dar conta de tudo num meio inesgotável, onde não se adocece, pode ser curado. Porém, na prática, essa “realidade” é insustentável e ainda se mostra perigosa.

Por meio da luta da classe camponesa, as mulheres do campo têm apreendido sobre as relações de gênero, de forma não a apagar suas identidades e se negarem como representantes de suas próprias narrativas, mas, de construir junto a outros grupos, uma fala que possa dizer por elas e que se imponham em espaços públicos, até então, ocupados por homens ou mulheres urbanas e, muitas vezes, de outra região



do país.

O conceito de gênero, mesmo que colocado a partir de uma perspectiva colonial, foi trabalhado pela própria classe e tem sido usado como fortalecimento do movimento, sempre trabalhando a questão da igualdade entre trabalhadoras e trabalhadores e, claro, pela luta de se representarem com suas próprias regras. A Marcha das Margaridas, por exemplo, vem se reconstruindo de forma a ajudar suas próprias participantes a se inserirem e enfrentarem os desafios políticos locais, como forma de resistirem e não se tornarem invisíveis às opressões do sistema econômico global, opressor e colonizador.

Se tomarmos como exemplo o contexto social e político do Brasil deste início de século XXI, podemos perceber que a natureza continua ainda a serviço da globalização, as minorias, sejam essas os povos indígenas, os LGBTIs, as mulheres e a natureza, estão conduzidas pelo imperialismo branco ocidental que ridiculariza as culturas internas como forma de apropriação e colonização. Ao mesmo tempo, deslegitima essas forças amparados por uma falta de consciência de classe, política, histórica e social de uma elite, seja essa elite intelectual ou material branca brasileira que mantém a desigualdade entre sua população e não se reconhece como um povo colonizado, mas, sim, se reafirma dentro de uma supremacia branca legitimada pelo imperialismo ocidental.

Portanto, com base no que foi exposto aqui, a teoria ecofeminista tem se apresentado como um projeto político porque detecta dentro dessa estrutura social as opressões linguísticas, como o próprio conceito de essência, natureza, reprodução, produção, corpo, racionalidade, irracionalidade, fragilidade, sensibilidade, sexualidade e a saúde feminina, assim claro, as posturas antropocêntricas e, principalmente, coloniais, retomando um olhar para as relações de trabalhos das mulheres nos campos, ou até mesmo dentro da cidade, porém, sem desconsiderar toda a estrutura desse meio ambiente que lhe fornece a matéria-prima para sua própria condição de existência, e claro, questiona o tipo de consumo que está sendo “alimentado” nesse neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia. **Gêneros e desigualdades**. Limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAVION, Victoria. Ecofeminism. IN: **A companion to environmental philosophy**. Dale Jamieson(Edit). Blackwell Publishers.
- DAMIÁN, Gisela Espinosa. **Feminismo popular y feminismo indígena**. Abriendo brechas desde la subalternidad. Labrys, estudos feministas, jan-jun/2011.
- Instituto de pesquisa econômica aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.
- _____. **Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida da mulheres trabalhadoras do campo e da floresta**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.
- SILIPRANDI, Emma; ZULUAGA, Gloria (Orgs). **Gênero, agroecologia y soberania alimentaria**. Barcelona: Icaria Editorial, 2014, p. 32
- SHIVA, Vandana. **Manifiesto para uma democracia de la Tierra** Justicia, sostenibilidad y paz. Barcelona: Paidós, 2006.